



A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O ITINERÁRIO FORMATIVO MUNDO DO TRABALHO EM SÃO BORJA/RS

THE REFORM OF BRAZILIAN HIGH SCHOOL AND THE FORMATIVE PATHWAY “THE WORLD OF WORKING/LABOR” IN SÃO BORJA/RS

Nitiele Almeida Guerreiro Assumpção¹ 
Anderson R. Pereira Corrêa² 

Resumo: O presente trabalho busca compreender a nova estrutura do Ensino Médio que está sendo colocada em prática nas escolas públicas de São Borja, no Rio Grande do Sul, voltando-se à atenção para os Itinerários Formativos, como o *Mundo do Trabalho*. Outrossim, a pesquisa observa as mudanças na educação do Brasil nos últimos dez anos, desde as leis 13.415/17 e 14.945/24. Para melhor entender a proposta, foi feita uma pesquisa exploratória com análise de livros, estudo de documentos e aplicações de questionários com professores e coordenadores das escolas são-borjenses. Assim, a investigação se baseou nas ideias de como as políticas públicas funcionam e como ocorre a adaptação para a realidade. Em sequência, os objetivos buscam compreender as inclinações práticas e as abordagens dentro de sala de aula, posicionando uma visão para como os itinerários estão sendo moldados, com escolha de temas, falta de material e professores flexibilizando o currículo. Portanto, a pesquisa percorre a existência de uma diferença entre o que o currículo oficial pressupõe e como ele pode ser ensinado de forma crítica em sala de aula.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Itinerário Formativo; Mundo do Trabalho; Educação Básica.

Abstract: This study seeks to understand the new structure of High School being implemented in public schools in São Borja, Rio Grande do Sul, focusing on the Formative Pathways, such as the *World of Work*. Furthermore, the research observes the changes in Brazilian education over the last ten years, since laws 13.415/17 and 14.945/24. To better understand the proposal, an exploratory study was conducted, analyzing books, studying documents, and administering questionnaires to teachers and coordinators from São Borja schools. Thus, the investigation was based on the ideas of how public policies function and how they adapt to reality. Subsequently, the objectives aim to understand the practical inclinations and approaches within the classroom, providing a perspective on how the Formative Pathways are being shaped, including the choice of themes, lack of materials, and teachers' flexibility in the curriculum. Therefore, the research explores the existence of a difference between what the official curriculum presupposes and how it can be taught critically in the classroom.

Keyword: New Brazilian High School; Formative Pathways; World of Working/Labor; Basic Education.

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa aborda a reforma do Ensino Médio e os Itinerários Formativos, mais especificamente, nos interessa saber sobre a implementação do itinerário formativo *mundo do trabalho* em São Borja. Nos últimos anos, há aproximadamente uma década, aconteceu uma reforma na Educação Básica no Brasil e, em especial, no Ensino Médio. A Reforma foi estrutural e de conteúdo (currículo). Para que essa reforma se efetivasse, foi necessário a alteração da legislação e a criação de novas leis e normativas (diretrizes). A reforma do ensino médio, com o Novo Ensino Médio, se deu com a Lei 13.415/17, mas sete anos depois teve a “reforma da reforma”, com a Lei 14.945/24.

¹ Licenciada em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: nitiguerreiro@yahoo.com.br

² Professor na Universidade Federal do Pampa, atuando no curso de Licenciatura em Ciências Humanas e no Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas (PPGCH). E-mail: andersoncorrea@unipampa.edu.br

Foi no cenário das concepções tecnocientíficas, produtivistas e emancipatórias – posteriores ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (chamado de golpe parlamentar conservador, nos costumes, e liberal, na economia) – que surgiu a Medida Provisória 746/2016, disposta acerca da reforma do (novo) Ensino Médio no Brasil (Hissa, 2025, p. 09). Também, alinhadas às circunstâncias políticas e sociais, tem-se a precarização das relações de trabalho que ocorreram nas reformas da legislação trabalhista e previdenciária, sendo que as principais medidas da reforma trabalhista foram a Lei nº 13.467/2017, que alterou a CLT atribuindo o trabalho intermitente e a terceirização, e a reforma previdenciária com a Emenda Constitucional 103/2019 (Reforma da Previdência) com a introdução de idade mínima e cálculos de benefícios.

Em sequência, entende-se que Reforma do Ensino Médio (Novo Ensino Médio), faz parte de uma disputa histórica entre concepções de sociedade e, portanto, segundo Martins, a reforma reforça o dualismo escolar, ou seja, uma escola para os filhos da elite e uma escola para os filhos dos trabalhadores³ (Martins, 2024, p. 183). Nesse sentido, as escolas profissionalizantes são as preferidas pela burguesia para “ofertá-las” às classes trabalhadoras, enquanto as escolas de cultura, científica, de humanidades e formativa são para os filhos das classes dominantes. Essa dualidade escolar é marcante na história da educação no Brasil.

No início do Século XX, no Brasil, nas presidências de Afonso Pena e Nilo Peçanha, com a criação das primeiras escolas profissionais públicas e estatais, passando pelas reformas educacionais dos anos 30, e pela reforma Capanema na década de 1940, a dualidade escolar consolidou-se na educação brasileira. Já na a Ditadura Civil-Militar, com a Lei 5.692/71, o ensino profissionalizante universal e compulsório negligenciou a formação geral e não foi seguida à risca pelas escolas particulares, que seguiram oferecendo educação integral para seus alunos, filhos das elites. Enquanto isso, nos anos 1990, Fernando Henrique Cardoso aprofundou o dualismo e a péssima qualidade da educação profissional. A proposta do governo Lula, com o Decreto 5.154/2004 com a proposta unilateral relacionada a categoria trabalho em Gramsci, com formação científica, filosófica e tecnológica: trabalho como princípio educativo (Gramsci, 2011) (Martins, 2024, p 183).

Para abordar a implementação do Novo Ensino Médio e o Itinerário Formativo *Mundo do Trabalho* em São Borja, iremos trabalhar com alguns conceitos chave, como os ciclos das políticas públicas (Secchi, 2013) e a *recontextualização* (Bernstein, 1996; *apud* Silveira, 2024). Sendo assim, a implementação do Novo Ensino Médio passa pelas etapas do ciclo das políticas públicas, que são:

³ Mas existem ainda os que estão fora da escola, os não escolares (duleia) (Martins, 2024, p. 183).

Formulação do problema, Formação da agenda, Formulação de alternativas, Tomada de decisão, Implementação, Monitoramento e Avaliação, Extinção (Secchi, 2013). Esse processo não é linear, e de acordo com o modelo *mixed scan*, pode ocorrer um equilíbrio, uma combinação entre as diretrizes centrais e a necessária adaptação. É reforçada a importância da cooperação que acaba por retirar o foco da autoridade central, “para um processo de governança compartilhada” (Etzioni, 1967; Rhodes, 2000).

Eder da Silva da Silveira (2024) fez uma análise da *recontextualização* do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul. Ele usou como referência a abordagem da *recontextualização*, desenvolvida por Bernstein (1996). A pesquisa foi desenvolvida ao longo do ano de 2021, para compreender o processo de *recontextualização* da reforma do Ensino Médio, nas experiências das escolas-piloto da rede pública estadual do Rio Grande do Sul (50 escolas de 41 cidades e 91 pessoas entrevistadas). O autor concluiu que as proposições oficiais de reforma de Ensino Médio sofreram seleção, incorporação parcial, *descontextualização* e atribuição de sentido adicional no campo da prática (Silveira, 2024, p. 01). O autor partiu do pressuposto que nenhuma política pública é simplesmente implementada, pois há distância entre a formulação e a prática, e busca captar os *códigos* pelos quais a *recontextualização* se manifesta. Na aquisição de códigos, na sociologia de Bernstein, são adquiridos princípios de ordem e de desordem. Os códigos são princípios reguladores, tacitamente adquiridos, que selecionam e integram significados relevantes, formas de realização em contextos evocados. Em relação às mudanças curriculares é importante destacar que existem diferentes tipos de currículo: Currículo Formal (pré-ativo ou normativo) criado pelo poder estatal; Currículo Real (interativo) que corresponde ao que realmente é feito em sala de aula e o Currículo Oculto (normas e comportamentos vividos na escola e que não estão nos registros) (Bittencourt, 2009, p. 104).

A pergunta norteadora desta pesquisa é: Como se deu a implementação do Itinerário Formativo Obrigatório *Mundo do Trabalho* nas escolas estaduais de Ensino Médio de São Borja? Como objetivo geral, queremos conhecer como se deu a Reforma do Ensino Médio e a implementação do Novo Ensino Médio (Novo Ensino Médio Gaúcho) e o Itinerário *Mundo do Trabalho*. Mais especificamente pretendemos apresentar e refletir sobre o itinerário formativo (*Mundo do Trabalho*), nas escolas Estaduais de São Borja nos seus aspectos referentes aos conteúdos, às abordagens, aos recursos didáticos/pedagógicos e à formação dos professores.

Esta pesquisa é de característica exploratória, qualitativa, com Análise de Conteúdo (A.C) e Análise de Discursos (A.D), tendo como referências: a bibliografia especializada; as documentações como leis, portarias, registros de diários de classes e entrevistas semi-estruturadas com as supervisões

escolares e professores. Para perceber se houve *recontextualização* na implementação do Novo Ensino Médio e do itinerário *Mundo do Trabalho* nas escolas estaduais em São Borja, segue-se o modelo proposto por Silveira, inspirado em Bernstein. Assim, a *recontextualização* ocorre quando: há seleção, *descontextualização*, deslocamentos de sentidos e atribuição de sentido adicional (reposicionamento adicional). Em termos metodológicos, identificação dos documentos de referência, criação de um instrumento de coleta de informações, análise de conteúdo pela categorização (observar unidades de significado e produção de recorrência) (Bernstein, 1996 *apud* Silveira, 2024, p. 04). O questionário foi enviado em formulários e possui 6 perguntas, sendo que foram analisadas 4 respostas, pois, apesar de, em São Borja, existirem 9 escolas de Ensino Médio, apenas 4 delas enviaram suas respostas.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO OU O NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

De acordo com Hissa (2025) a reforma no Ensino Médio, que ficou mais conhecida como Novo Ensino Médio, tinha por premissa preparar os jovens para o mercado de trabalho a partir de uma proposta curricular que os alunos pudessem escolher percursos formativos (itinerários) de acordo com suas aptidões, vocações e demandas profissionais. Atuaram muito fortemente na defesa dessa reforma grandes grupos empresariais com suas demandas emergentes do mercado de trabalho e a exclusão da formação cidadã e reflexiva (Hissa, 2025, p. 07).

Hissa (2025) questiona se as escolas, ao prepararem os alunos para o mercado de trabalho, formam mão de obra ou cidadãos. Pergunta se a função da escola não seria problematizar esse mercado de trabalho e o próprio capitalismo. A autora também questiona um mercado de trabalho que retira direitos trabalhistas conquistados com muitas penas ao longo dos anos, com a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943 (Hissa, 2025, p.08).

A reforma do Ensino Médio prometia que as redes de ensino iriam ter autonomia para escolher quais os itinerários formativos iriam ofertar, considerando a participação de toda a comunidade escolar (Hissa, 2025, p.11). Hissa destaca que a Reforma do Novo Ensino Médio não garantiu a escuta de Conselhos, Fóruns e que foi considerada inconstitucional pelo Ministério Público (Hissa, 2025, p.14). Além disso, Hissa (2025 *apud* Leval, 2019) informa que a ideologia liberal e capitalista entra na escola com um discurso de formação empreendedora e meritocrática, tornando os professores gestores de capital humano, pensando as escolas como se fossem empresas e não em uma instituição que estimule o pensamento crítico com práticas libertárias, multiculturais. A escola deveria questionar a formação de capital humano excedente, ou seja, questionar a massa de desempregados e dizer:

“Nenhuma educação é politicamente neutra; nenhum mercado de trabalho é economicamente pedagógico” (Hissa, 2025, p. 09).

O debate sobre o ensino profissionalizante e sobre o ensino médio se intensifica a partir da aprovação da LDB (9.394/96). Nas últimas décadas algumas reformas foram instituídas desde Fernando Henrique Cardoso (1995-2022), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011) e Michel Temer (2016-2018), com a Medida Provisória 746/16 que alterou drasticamente o Ensino Médio (Martins, 2024, p.173). As mudanças na estrutura e carga horária do Ensino Médio tiveram início com a Medida Provisória 746/2016, que foi deflagrada três semanas após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) e, em 2017, Michel Temer envia ao Congresso a Lei 13.415/2017, que foi aprovada e alterou a Lei 9.394/96. A seguir veio um conjunto de leis e normativas: Resolução CNE/CB 3, de 2018, das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio; Resolução CNE/CB 4, de 2018, Da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio; Resolução CNE/CP, 2021, das Diretrizes curriculares para o Ensino Profissionalizante e Tecnológico. A Resolução CNE/CB 4, de 2018, determina 1.800 horas de formação geral, quando era de 2.400 horas. Os Itinerários Formativos devem chegar a 1.200 horas, não podendo ultrapassar 3.000 horas (Martins, 2024, p. 177). Tudo isso no contexto da Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos, com a Reforma Trabalhista (que restringiu os direitos trabalhistas, com flexibilização e terceirização) e a reforma da Previdência, tornando mais dura a vida dos trabalhadores (Martins, 2024, p 175).

A reforma do Ensino Médio começa com a Medida Provisória 746/16 que retira as disciplinas obrigatórias e introduz o “Notório Saber” em substituição à formação docente. A lei 13.415/17 alterou a LDB (9394/96) A Portaria 1.432/18 estabeleceu as referências para a elaboração dos itinerários Formativos e a Resolução de Conselho Nacional de Educação CNE/CEB 03/2018 (Silva, 2023). A respeito do Itinerários Formativos da Formação Técnica e Profissional, a Resolução CNE/CP nº 01/2021 estabeleceu que este pode ser ofertado com o curso de habilitação ou pelo somatório de cursos de formação inicial, ou ainda, de qualificação integrando o mínimo de 1.200 horas (Silva, 2026, p. 07).

O Novo Ensino Médio tem 60% do currículo com as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC homologada em 2018) e 40% destinados aos Itinerários Formativos - responsável pela formação técnica e profissional dos alunos. A implementação se deu em 2022 para o 1º ano e em 2024 para o 3º ano, atingindo os três anos do Ensino Médio (Hissa, 2025, p. 12). A BNCC é um documento normativo que estabelece 10 competências gerais que são mobilizadas por conhecimentos e habilidades do exercício da cidadania e do mundo do Trabalho (Brasil, 2017, p. 08).

Martins e Dias (2024) analisam a perspectiva profissionalizante da reforma do ensino médio. Mostram a finalidade social dos Itinerários Formativos no contexto do recrudescimento político, ideológico, conservador e autocrático com estratégia de acomodar as políticas educacionais ao precário mundo do trabalho. Argumentam os autores que a reforma do ensino médio apresenta uma concepção restritiva e pragmática com ênfase em competências e empreendedorismo, contribuindo para generalizar uma pseudo profissionalização e aprofundar a dualidade escolar (Martins, 2024, p. 171).

Hissa (2025) problematiza a discussão sobre o mercado de trabalho e a educação brasileira, sobretudo ao que diz respeito a Novo Ensino Médio, a reforma do Ensino Médio de 2017 estabeleceu mudanças na carga horária (de 800 para 1.000 horas anuais) e no currículo com a diminuição da carga horas das disciplinas de linguagens e principalmente das Ciências Humanas e introdução dos Itinerários Formativos, com a Lei 13.415, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). O currículo ficou formado por quatro áreas e Formação Técnica e Profissional (FTP): Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologia, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Formação Técnica e Profissional (FTP) ou das FTPs (Hissa, 2025, p. 09).

A reforma do Ensino Médio estabelece uma organização curricular dividida entre formação comum e itinerários formativos diversificados. Silva (2023) analisou as propostas curriculares de 16 unidades federativas (estados) que haviam concluído a reforma até dezembro de 2021, e conclui que “dentre as conclusões se verifica uma expressiva variedade de formatos curriculares e a possibilidade de que se institua uma formação fragmentada e aligeirada, distante das necessidades de formação da juventude, seja para a vida em sociedade, seja para o mundo do trabalho ou para o acesso à educação superior” (Silva, 2023).

Em 2024, após a mudança na política do executivo federal, houve uma revisão da lei da reforma do Ensino Médio, e ocorreu uma “reforma da reforma”, a Reforma do Novo Ensino Médio. A Lei 14.945/24⁴, sancionada em julho de 2024, fez uma alteração na Lei 9.394/96⁵ (LDBEN), com foco na formação Geral Básica (2.400h) e Itinerários Formativos (com o mínimo de 600h) e busca consolidar a formação integral com o ensino técnico e profissionalizante. Com a reforma da reforma

⁴ BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114945.htm. Acesso em: 09 abr. 2025.

⁵ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 09 abr. 2025.

foi possível restabelecer a carga horária de disciplinas da área das Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, conforme o quadro abaixo.

QUADRO 01 – CARGA HORÁRIA DO NOVO ENSINO MÉDIO.

Reforma do Ensino Médio	Lei 13.415/2017	Lei 14.945/2024 (vigor em 2025)
Carga Horária Total	3.000 h (1.000h/ano)	3.000 h
BNCC (FGB)	Até 1.800 h	2.400 h (Retorno de Literatura, Artes, Ed. Física, etc.
Itinerários Formativos (IF)	1.200 h	600 h

Fonte: Elaboração Própria (2025).

As escolas que tiverem o Itinerário Técnico Profissionalizante (ITP) têm Carga horária total de 3.100 h, com 2.100 horas para a FGB e o restante para a formação técnica, o início da implementação era para 2025 e deve ser totalmente aplicada em 2029. Enfim, a “reforma do Ensino Médio”, no geral, possibilitou a ampliação da carga horária e a adoção do Tempo Integral.

MUDANÇAS NO CONTEÚDO (CURRÍCULO)

Além de mudanças estruturais, ocorreram mudanças no conteúdo, no currículo, tanto pela introdução de itinerários formativos, quanto pela mudança e implantação das competências e habilidades. O Ensino Médio brasileiro, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (9394/96) é o momento para o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos nas etapas anteriores, tendo por objetivo “formar para a vida” (Silva, 2023, p.14). Por sua vez, o conceito de competências já estava presente nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) da década de 1990; influenciado pela pedagogia do Aprender a aprender, do Relatório de Jacques Delors (Martins, 2024, p. 178). Conforme Ramos (2016), a pedagogia das competências é uma pedagogia filiada aos interesses do Capital que procura adaptar os alunos ao novo contexto de acumulação de capital flexível (Martins, 2024, p. 179). São valores de mercado na educação e o discurso empresarial da produção flexível (toyotismo), competências e habilidades úteis para a vida produtiva, no contexto do capital financeiro e reestruturação produtiva e as Parcerias Público Privadas (PPP) (Martins, 2024, p. 179).

Hissa defende que existe uma contradição implícita ao sistema educacional brasileiro que é moldado pela economia liberal e que não é refletida nas escolas de forma crítica: o liberalismo econômico tem como princípio a ideia de a ideia de livre mercado, afirmando que cada sujeito é um potencial empreendedor (de si mesmo) e não um trabalhador submetido às Leis Trabalhistas (submetido às relações sociais de produção e relações de trabalho). Para o liberalismo não existe um

proletariado é uma classe que é explorada pelos proprietários dos meios de produção (Hissa, 2025, p. 16).

O Novo Ensino Médio, em vez de inserir os alunos no “famigerado” mercado de trabalho, eles são instrumentalizados para serem empresários de si mesmos e para terem as liberdades de escolha entre as ofertas disponíveis de terceirização e uberização do trabalho, para serem produtores de conteúdos e consumidores passivos de mercadorias (Hissa, 2025, p.17). A autora faz uma crítica às habilidades e competências universalizantes que têm por objetivo preparar mão- de-obra com os conhecimentos técnicos básicos para o mercado de trabalho (Hissa, 2025, p. 24).

Silva (2023) analisou as matrizes curriculares de 16 estados, onde existem 1.800 horas para a BNCC (Formação Geral Básica - FGB) e 1.200 horas para a parte diversificada. Os estados adotam nomes e conteúdos diferentes para a parte diversificada do currículo, que é composto por Itinerários Formativos, Eletivas, Projeto de Vida e no Rio Grande do Sul Cultura Digital, Investigação/Iniciação Científica e Mundo do Trabalho.

O Rio Grande do Sul foi o único estado que adotou o *Mundo do Trabalho* como itinerário formativo, recebendo a nomenclatura de Itinerário de Aprofundamento (Silva, 2023, p. 08). Mais adiante iremos analisar como foi concebido e implementado o itinerário *Mundo do Trabalho* nas escolas estaduais de Ensino Médio no RS. Com a mudança na legislação ocorrida em 2024, estudos sobre as matrizes curriculares das redes estaduais do país devem estar em processo de gestação nesse momento (conhecimento que não está ao alcance deste modesto artigo). Portanto, de acordo com a reforma, a ideia é que, para além do Tempo Integral, os alunos tenham uma Formação Integral (humanística e técnica).

Em síntese, a Reforma procura formar o homem empresarial, para o mercado de trabalho, mas diverge da situação atual do próprio país, pois o Brasil é um país de capitalismo dependente, na divisão internacional do trabalho, submisso no capitalismo mundial e um mercado de trabalho também submisso. Possui um tipo de força de trabalho não qualificada tecnicamente, com desemprego estrutural, trabalho precário, informal e sazonal (Martins, 2024).

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO RIO GRANDE DO SUL

A reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul ganhou o nome de Novo Ensino Médio Gaúcho (NEMG) e sua implementação passou por duas fases (anterior e posterior à “reforma da reforma”), ou seja, um momento de 2017 a 2024 e outro após 2024. No Rio Grande do Sul, o Conselho Estadual de Educação (CEEEd-RS) emitiu o parecer 02/2017, que orientou o Sistema Estadual de

Ensino em relação à implementação da Lei 13.415/17. Em 2018 o CEEed- RS definiu as Diretrizes Curriculares, através da resolução 340/18 e em 2021 ocorreu a homologação do Referencial Curricular Gaúcho (RCGEM), ajustando o currículo em 2021.

Ainda sobre a questão curricular, após a “reforma da reforma”, em 2025 o CEEed emitiu outra resolução, a de N° 385, para o Ensino Médio⁶. As mudanças no Ensino Médio no Rio Grande do Sul foram complexas e implementadas após um período de desafios como a pandemia e as enchentes. Em 2020, com a adesão ao Novo Ensino Médio, ocorreu a implantação em 264 escolas-piloto⁷ (Lacerda, 2023, p. 03). Foram utilizadas várias matrizes curriculares para orientar e regulamentar o ensino nas escolas de Ensino Médio. Teve-se nesse momento as escolas pilotos, com matrizes de transição e para a implementação do Ensino Médio de Tempo Integral e Técnico Profissionalizante⁸. O Novo Ensino Médio foi implementado a partir da 1ª Série do Ensino Médio em 2022, assim, entre 2022 e 2024. Em 2025 todas as escolas já estavam implementando o novo modelo nas 1ª Séries. As 2º e 3º Séries do Ensino Médio possuem Matrizes de Transição. O Desafio continua com a introdução do Tempo Integral e Itinerários Profissionalizantes. O Tempo Integral e Profissionalizante também está sendo implementado em tempos diferentes em diferentes estabelecimentos de ensino.

As Resoluções CEEed n° 364 e 365/2021 definem que a matriz curricular ficou composta pela Formação Geral Básica (FGB) e pelos Itinerários Formativos (IFs). São 1.800 horas de FGB, com 15 componentes curriculares obrigatórios das quatro áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). De acordo com Lacerda (2023): “A Seduc/RS optou por organizar os Itinerários Formativos em dez temáticas: Cidadania e Gênero, Educação Financeira, Empreendedorismo, Expressão Corporal, Expressão Cultural, Profissões, Relações Interpessoais, Saúde, Sustentabilidade e Tecnologia” (Lacerda, 2023, p. 04). Também foram definidos quatro eixos

⁶ RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEEed n° 385, de 06 de agosto de 2025. Reexame da Resolução CEEed n° 384/2025, de 28 de maio de 2025 (Normas para a implementação do Ensino Médio e suas modalidades). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1loFeQIWFaCoE-MdUMA2S9vOQouIiuUL1/view>. Acesso em: 10 nov. 2025.

⁷ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Documento com 298 escolas-piloto que iniciaram em 2020. Disponível em: <https://portal.educacao.rs.gov.br/Portals/1/Files/2559.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Ação dos Itinerários Formativos (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado/pdfs/PAIFRS.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

Matrizes - 2022: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202202/17182418-matrizes-de-referencia-2022.pdf>

Matrizes - 2023: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202302/17162503-matrizes-de-referencia-2023.pdf>

Matrizes - 2024: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202402/05185205-guia-de-matrizes-curriculares-2024-atualizado-30jan24-1.pdf>, Matrizes - 2025: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=1166092> Matrizes - 2026:

<https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=134793>. 10 nov. 2025.

norteadores: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo. São apresentadas 24 Trilhas de Aprofundamento Curricular e Unidades Curriculares Eletivas. Integram a proposta de Educação Profissional e Técnica (EPT)⁹ os seguintes cursos: Informática, Administração, Eletrotécnica e Agropecuária (Lacerda, 2023, p. 03).

Retomando a análise, de acordo com Saraiva (2023), na Nota Técnica produzida para analisar a possibilidade de os estudantes escolherem seus percursos formativos, nas instituições de ensino da rede estadual do Rio Grande do Sul, pois havia uma promessa de liberdade dos alunos escolherem os itinerários formativos do Ensino Médio. A conclusão foi de que houve um esvaziamento da formação geral básica e fragmentação curricular; limitada liberdade de escolha (em 69% das escolas os alunos poderiam escolher entre duas das trilhas das 24 disponíveis no catálogo da SEDUC, e 14% das escolas contarem com apenas 1 trilha); ocorreu um aprofundamento e legitimação das desigualdades educacionais (Saraiva, 2023, p. 03). Ou seja, somente 17% das escolas do Rio Grande do Sul ofereceram maiores oportunidades de escolha (mais itinerários), sendo uma minoria privilegiada.

No ano de 2022 a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul alinhou-se ao cronograma nacional de implementação do Novo Ensino Médio, definido pelo Ministério da Educação (MEC). As turmas do 1º ano do Ensino Médio passaram a contar com novos componentes curriculares: Mundo do Trabalho, Cultura e Tecnologia e Projeto de vida (20% da carga horária anual). Em 2022, com o intuito de prosseguir com a implementação, a Secretaria Estadual de Educação (Seduc - RS) construiu um catálogo de 24 trilhas alinhadas às quatro áreas do conhecimento da Formação Geral Básica (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza) (Saraiva, 2023, p. 04). Existem escolas estaduais de Ensino Médio que apresentam diferenças na carga horária diária, entre elas, por exemplo, o Ensino Médio de Tempo Integral e o Ensino Médio EJA (Saraiva, 2023, p. 04).

TABELA 01 – DISTRIBUIÇÃO (%) DA MATRIZ CURRICULAR DAS ESCOLAS

		1º Ano	2º Ano	3º Ano
Formação Geral Básica		80%	60%	40%
Itinerário Formativo	Obrigatórios	20%	13,3%	13,3%
	Trilha	0%	26,7%	46,7%
Total		100%	100%	100%

⁹ Credenciamento de instituições para oferta de cursos de formação profissional técnica (FPT) no âmbito do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) - 2026. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202511/07124803-anexo-iii-cursos-modalidade-carga-horaria.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO COM JORNADA DE CINCO HORAS DIÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL – 2023.

Fonte: Saraiva (2023, p. 05).

No começo, no 1º ano, a maior parte (80%) é dedicada ao aprendizado comum a todos, a Formação Geral Básica; enquanto o Itinerário Formativo, que aprofunda áreas específicas, ocupa uma fatia menor (20%). No 2º ano, essa divisão fica mais equilibrada. Já no último ano, o 3º, o Itinerário Formativo ganha mais destaque (60%), e a Formação Geral Básica diminui (40%).

A implementação segue com uma consulta aos alunos sobre as trilhas que mais interessavam e essa escolha definiu a oferta das trilhas a partir de 2023. Desde Fevereiro de 2023 os alunos do Ensino Médio, matriculados no 2º Ano, tiveram 40% da Carga Horária com os itinerários formativos: Projeto de Vida e Iniciação Científica e pelas trilhas de aprofundamento. No ano de 2024, quando chegaram ao 3º ano, 60% da jornada foi Itinerário Formativo (Saraiva, 2023, p. 04). No geral, para a implementação do novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul, ocorreu uma diminuição da carga horária da formação geral básica “tradicional”, composto pelas disciplinas das quatro áreas do conhecimento (Saraiva, 2023, p. 12). Isso até 2024, porque com a “reforma da reforma” houve um acréscimo de horas para linguagens e matemática. A seguir, tem-se a Matriz de Transição das escolas que ainda não tem Tempo Integral e antes da “reforma da reforma”, de 2024¹⁰.

QUADRO 02 – MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DO RS EM 2023.

¹⁰ As Matrizes curriculares para 2026 estão no link: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=1347934>.

Matriz Curricular					
Ensino Médio - Diurno e Noturno					
	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	Períodos Semanais		
			1ª série	2ª série	3ª série
Formação Geral Básica	Linguagens e suas Tecnologias	Arte	-	1	-
		Educação Física	1	1	1
		Língua Estrangeira - Língua Espanhola*	-	1	-
		Língua Estrangeira - Língua Inglesa	2	1	1
		Língua Portuguesa	4	3	2
		Literatura	2	1	-
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	4	3	3
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ensino Religioso**	-	1	-
		Filosofia	1	-	-
		Geografia	2	1	1
		História	2	1	1
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Sociologia	-	1	-
		Biologia	2	1	1
	Carga Horária da Formação Geral Básica	Física	2	1	1
Química		2	1	1	
Total de Períodos Semanais		24	18	12	
	Carga Horária (Anual)	800	600	400	
Itinerários Formativos	Componentes Obrigatórios	Projeto de Vida	2	2	2
		Mundo do Trabalho	2	-	-
		Cultura e Tecnologias Digitais	2	-	-
		Iniciação Científica	-	2	2
	Aprofundamento Curricular	Componentes Curriculares das Áreas de Aprofundamento	-	8	14
		Eleivos	***	***	***
Carga Horária dos Itinerários Formativos	Total de Períodos Semanais	6	12	18	
	Carga Horária (Anual)	200	400	600	
Total de Carga Horária	Total de Períodos Semanais	30	30	30	
	Carga Horária (Anual)	1000	1000	1000	

Fonte: Saraiva (2023, p.14)

O Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio prevê como Componentes Curriculares obrigatórios do Itinerário Formativo: Projeto de Vida, Mundo do Trabalho, Iniciação Científica, Cultura e Tecnologias Digitais. Como o Referencial Curricular do Ensino Médio foi construído de acordo com a reforma de 2017, foi necessário uma adequação e mudança para o contexto da “reforma da reforma”, a partir da nova legislação de 2024. Existem Matrizes curriculares que estão na transição para a implantação do Ensino Médio de Tempo Integral e Ensino Médio de Tempo Integral Profissionalizante (o itinerário formativo *Mundo do Trabalho* está na matriz de transição).

No Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (RCGEM), aparece as especificidades e modalidades de Ensino Médio no RS: Ensino Médio (Diurno e noturno), Ensino Médio de Tempo Integral com as modalidades Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância (EAD),

Educação Profissional e Tecnológica, Educação para a Formação Docente - Curso Normal de Nível Médio (RCGEM, p. 15) No contexto da Reforma do Ensino Médio, existe ainda a implementação do Ensino Médio de Tempo Integral¹¹, Profissional e Técnico.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM SÃO BORJA

O município de São Borja, no Rio Grande do Sul, possui 13 escolas da rede estadual de ensino, e destas, 9 delas possuem alguma forma de Ensino Médio (Curso Ensino Médio, EJA Médio, EJA TEC, Normal, Educação Profissionalizante, etc.)¹². Entre as escolas de Ensino Médio, 02 são rurais e 7 são urbanas. Na implementação do Novo Ensino Médio, as quatro escolas-piloto em São Borja foram: Colégio Estadual Getúlio Vargas, Instituto Estadual Padre Francisco Garcia, Escola Estadual de Ensino Médio Aparício Silva Rillo, Instituto Estadual Arnaldo Matter¹³. Além das escolas piloto, em São Borja, as escolas que possuem Ensino Médio são: Colégio Estadual São Borja - CESB, E.E.E.M. Militina P Alvarez (Rural), E.E. Técnico Olavo Bilac, E.E.E.M. Tricentenário e E.E.E.M. Timbaúva (Rural), conforme o quadro:

QUADRO 03 – ESCOLAS ESTADUAIS COM ENSINO MÉDIO, MODALIDADES E TURNO EM SÃO BORJA.

Escola	Médio Regular	Médio de Tempo Integral	Educação Profissionalizante e Normal	Médio EJA e EJA-TEC
Colégio Estadual Getúlio Vargas	M / T	M/ T	-	-
C. Estadual São Borja - CESB	M/ N	M/ T	Normal	N
E.E.E.M. Militina P Alvarez (Rural)	M	M /T	-	-
E.E.E.M Aparício Silva Rillo	M/ N	-	-	N Assistente de Serviços Jurídicos
I.E Arnaldo Matter	N	M/T	-	N Assistente de Projetos Sociais
E. E. T Olavo Bilac	M/ N	-	Educação Profissional Técnico em	N

¹¹ Ensino Médio de Tempo Integral: <https://educacao.rs.gov.br/ensino-medio-em-tempo-integral>. Acesso em: 10 nov. 2025.

¹² Escolas da Rede Estadual de Ensino em São Borja RS: <https://educacao.rs.gov.br/busca-de-escolas>. Acesso em: 10 nov. 2025.

¹³ Escolas-piloto: <https://portal.educacao.rs.gov.br/Portals/1/Files/2559.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

			contabilidade-	
E.E.E.M. Tricentenário	N	M / T MTI - Administração	-	N
I.E Padre Francisco Garcia	N	M/T MTI - Administração	-	N
E.E.E. M Timbaúva (Rural)	M	M/T		

M= Manhã, T = Tarde, N = Noite

Fonte: <https://educacao.rs.gov.br/busca-de-escolas>. Acesso em: 22 maio 2024.

O processo de implementação da Reforma do Ensino Médio em São Borja/RS teve início com as escolas-piloto. Em São Borja existem as escolas de Ensino Médio de Turno Integral (MTI) e as escolas que não têm turno integral. As que não são de Turno Integral são CESB, Olavo Bilac e Aparício Silva Rillo (nessas pode continuar o Itinerário Formativo Mundo do Trabalho para a 1ª Série do Ensino Médio). As que são de Turno Integral são Padre Francisco Garcia, Getúlio Vargas, Tricentenário, Arnaldo Matter, Timbaúva e Militina Pereira Alvarez (as quatro últimas para 2026). O objetivo é que, em médio prazo, todas sejam de EMTI e Profissionalizantes. No documento orientador sobre o currículo do itinerário da formação Técnica e Profissional, para 2026, aparecem as escolas I.E. Padre Francisco Garcia (Administração), E.E.E.M. Militina P. Alvarez (Marketing), E.E.E.M. Timbaúva (Administração), I.E. Arnaldo Matter (Logística) e E.E.E.M. Tricentenário (Agricultura)¹⁴. Como esta pesquisa é de caráter exploratório, sugerimos que, para ter uma ideia mais completa do processo de implementação do Novo Ensino Médio Gaúcho em São Borja, seja feito um trabalho de pesquisa mais metódico em cada estabelecimento de ensino (9), em todas as suas modalidades e turnos.

O ITINERÁRIO MUNDO DO TRABALHO NAS ESCOLAS ESTADUAIS

Como foi exposto anteriormente, o estado do Rio Grande do Sul foi o único estado que tem um Itinerário Formativo denominado *Mundo do Trabalho* (componente 9238). Este itinerário Formativo está presente nas Matrizes de implementação e de transição do Novo Ensino Médio

¹⁴ As fontes devem ser analisadas, pois em um documento diz que a escola Tricentenário terá será voltado para Administração, e outro diz que será Agricultura:

<https://drive.google.com/file/d/12S0RRgqG608xcMJ3SmlpEdBe68plcBGf/view>. Acesso em: 10 nov. 2025.

Gaúcho, na 1ª Série, com 2h semanais. As escolas que adotarem o Ensino Médio de Tempo Integral e Profissionalizante terão um itinerário chamado *Formação para o Trabalho: Reconhecimento de saberes e práticas* ou 3h do componente *Introdução à Formação Técnica e preparação para o Mundo do Trabalho* (24882)¹⁵.

A expressão *Mundos do Trabalho* (no plural) foi difundida a partir dos estudos das Ciências Humanas e Sociais, como a sociologia e principalmente a História, com a publicação do livro “Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a História Operária”, do historiador Eric J. Hobsbawm (1917-2012), publicado em 1987. *Mundos do Trabalho* (no plural) significa uma diversidade de relações e formas de trabalho, o termo extrapola a própria relação de trabalho e de produção para abarcar as relações sociais, o cotidiano em distintos e diferentes espaços e momentos da vida social e coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras, incluindo, além do cotidiano e a cultura, as formas de organização, resistências e lutas coletivas, como o movimento sindical e movimentos políticos e revolucionários.

Os documentos oficiais da SEDUC apresentam sugestões de currículo para o Itinerário Formativo Mundo do Trabalho (um programa de conteúdos). De acordo com os documentos, o Componente Mundo do Trabalho aborda o papel da formação profissional, as oportunidades disponíveis no mundo do trabalho e na geração de renda, orienta os estudantes em relação ao futuro profissional, ou seja, sua inserção no mundo do trabalho, do aperfeiçoamento técnico ou universitário. Destaca que compreende o mundo do trabalho para além da profissionalização juvenil precoce e objetiva envolver e acompanhar as transformações e novas ocupações, potencializando as escolhas “na dinâmica sócio-histórica, ética-política, científico-cultural e econômico-financeira” (IF - EM, 2021, p. 06).

O Caderno dos Componentes Obrigatórios (Itinerários Formativos - Componentes Obrigatórios), apresenta os objetivos, a metodologia, sugestão de conteúdos, habilidades e competências e o perfil do professor responsável por ministrar o componente “Mundo do Trabalho”. Os objetivos do componente *Mundo do Trabalho*, são:

Promover discussões sobre a formação dos estudantes sobre a inserção social através do trabalho e renda;

¹⁵ No Referencial Curricular Gaúcho Ensino Médio (RCGEM), quando aparecem os temas Contemporâneos e Transversais (2.4), um deles é o tema **Trabalho** (RCGEM, 2022, p.85). No item 6.4 que trata da Educação Profissional e Tecnológica, tem o Itinerário Formativo: **Formação para o Trabalho: Reconhecimento de saberes e práticas**. (RCGEM, 2022. p. 255)

Orientar os estudantes na definição do futuro pessoal e profissional;
Projetar cenários mais favoráveis à inserção no mundo do trabalho (formação técnica e universitária);
Estudar as diferentes modalidades e cursos que habilitam às profissões;
Pesquisar vocações e campos de atuação profissional;
Conhecer as demandas de qualificação e de trabalho em diferentes escalas;
Acompanhar as evoluções, transformações e o surgimento de novas ocupações e novas potencialidades;
Oportunizar escolhas e realizações na dinâmica sócio-histórica, ética-política, científica-cultural e econômico-financeira (CCO:IF-CO, s.d).

Os objetivos do componente ignoram as contradições entre capital e trabalho, como a exploração econômica, a precarização das relações de trabalho, a divisão internacional do trabalho e a reestruturação produtiva. Assim, esses objetivos visam se concretizar através de iniciativas e análises firmadas na vivência, guiadas pelo anseio de orna-los realidade. Fica explícito que o componente pretende “inserir” os jovens no “mercado de trabalho”, de forma “pacífica” – sem desenvolver necessariamente o pensamento crítico acerca do sistema capitalista que vigora nas relações sociais de mercado –, seja como assalariados ou empreendedores.

Sobre a metodologia de trabalho com o componente Mundo do Trabalho orienta que sejam feitas reflexões de forma mais estruturada sobre os interesses profissionais, desenvolver pesquisas, produzir materiais textuais e visuais, sistematizar diálogos, participar de eventos, palestras, seminários e debates, incentivar a criatividade. Também sugere que sejam feitas visitas guiadas a empresas, empreendimentos, entrevistas com profissionais, leituras, discussões e interpretações. Enfim, aponta as metodologias ativas e participativas com os recursos digitais (CCO:IF-CO, s.d). Poderiam ser incorporadas metodologias que valorizem ações coletivas, práticas solidárias e formas de organização social, como experiências cooperativas e a participação em espaços de representação dos trabalhadores e da sociedade civil. Tais abordagens dialogam com princípios da educação brasileira e com diretrizes de formação cidadã, ao estimular o engajamento social e a compreensão crítica das dinâmicas do mundo do trabalho.

O documento apresenta uma lista de “conteúdos” os quais uns dialogam mais entre si do que outros. Dá pra organizar essa lista em uma sequência mais coerente teoricamente e didaticamente. Destaca-se a lista em três tipos de fontes: negrito, itálico e normal. Os conteúdos em negrito (11), penso que sejam mais importantes do ponto de vista teórico (crítico-dialético) das relações de produção (relações de trabalho) e de poder. Os conteúdos em itálico (6), seriam conteúdos derivados ou dependentes dos conceitos anteriores (em negrito). Os conteúdos em fonte normal (5) estão

relacionados ao mercado de trabalho no sentido liberal do termo (do ponto de vista da “realização individual” e empreendedorismo).

São 22 conteúdos como sugestão de objetos de conhecimento:

1. O trabalho como princípio educativo;
2. Os conceitos de politécnica e omnilateralidade;
3. Conceitos de trabalho no mundo contemporâneo (mundo do trabalho e mercado de trabalho);
4. Distintas e diversificadas oportunidades profissionais;
5. Múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e geográficos: as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais;
6. Modos de produção: sistema capitalista (economia de mercado) e socialista (economia planificada);
7. Indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços: comparações e análises;
8. Alternativas de trabalho e renda: trabalho informal, cooperativas, artesanato, associações, profissionais autônomos, prestadores de serviços, subempregos e outros;
9. Processos de estratificação e desigualdade socioeconômica;
10. Tecnologia e trabalho: conectividade, emergência sociodigital e fronteiras informacionais;
11. Acesso à Educação Profissional e Tecnológica e ao Ensino Superior (Tecnólogos, Licenciaturas, Bacharelados) em instituições públicas e privadas em formato EaD e/ou presencial;
12. Formação profissional e as demandas produtivas regionais atreladas a pesquisas e parcerias com instituições públicas e privadas;
13. Habilidades comportamentais e socioemocionais: disciplina, perseverança, comprometimento produtivo e em equipe, atitude profissional colaborativa, técnica e responsável;
14. As juventudes e o mundo do trabalho: escolhas profissionais e mercado de trabalho;
15. As mulheres no mundo do trabalho contemporâneo (oportunidades e desafios de ingresso e permanência e valorização salarial);
16. As novas formas de inserção e ingresso dos jovens no mundo trabalho: empreendedorismo;
17. Multiplicidade da economia do conhecimento e protagonismo dos jovens na cultura digital;
18. Economia solidária e plural para o século XXI;
19. Arranjos produtivos locais: diálogo e interface com o empreendedorismo inovador: incubadoras, startups e outros;
20. Educação Financeira e Macroeconômica: recolhimento de impostos (IRPF / IPTU / IPVA) para subsídio das políticas públicas; distribuição de recursos entre os entes Federal, Estadual e Municipal;
21. Sustentabilidade: autogestão e compromisso sociocultural;
22. Legislação e Direito do Trabalho. (Grifo meu) (CCO:IF-CO, s.d)

Sobre as Habilidades apontadas para que sejam desenvolvidas com o componente Mundo do Trabalho, ao todo 16, somente 03 delas estão relacionadas ao empreendedorismo, as outras 13 habilidades permitem um aprofundamento histórico-crítico (das relações de produção e de poder). Nesse sentido, o documento não apenas apresenta uma diversidade de conteúdos, mas explicita uma disputa entre uma formação crítica, que busca problematizar o trabalho em suas dimensões

estruturais, e uma formação instrumental, orientada à inserção no mercado.

Em relação ao perfil do professor que deveria (deve) ministrar as aulas do componente *Mundo do Trabalho*, foi sugerido que “preferencialmente” tivessem licenciatura em Ciências Humanas e afins (Sociologia, Filosofia, Geografia, História, Psicologia). (CCO:IF-CO, s.d) Do que foi exposto, pode-se extrair que o *Itinerário Formativo Mundo do Trabalho* (no singular) se aproxima aos requerimentos no que tange à formação dos professores e sugestão de conteúdos aos *Mundos do Trabalho* (no plural).

Enfim, toda a concepção da reforma do Ensino Médio e os objetivos na Ementa do Itinerário Formativo *Mundo do Trabalho* têm uma concepção explicitamente liberal e mercadológica. A metodologia também enfatiza mais os aspectos ligados ao capital e patronal, porém quando observamos os Conteúdos Sugeridos e as Habilidades que devem ser desenvolvidas pela comunidade escolar aparece uma concepção crítico-dialética¹⁶ das relações de produção, das relações de trabalho e de poder. Considerando as orientações/sugestões e a Liberdade de Cátedra¹⁷, é possível desenvolver um bom trabalho no Itinerário Formativo Obrigatório *Mundo do Trabalho*.

O ITINERÁRIO FORMATIVO MUNDO DO TRABALHO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SÃO BORJA/RS

A seguir iremos analisar a implementação do Itinerário Formativo *Mundo do Trabalho* nas escolas estaduais de São Borja. Com o estudo desenvolvido até aqui estamos sabendo que poucas escolas podem continuar ofertando esse Itinerário Formativo. Após dialogarmos com a Coordenadoria de Educação de São Borja¹⁸, enviamos e-mail para a direção das escolas do Ensino Médio com um questionário sobre a implementação do Itinerário Formativo *Mundos do Trabalho*. O questionário possuía as seguintes perguntas:

1. Em quais anos e séries foi ofertado o Itinerário Formativo *Mundos do Trabalho*?
2. Quais professores trabalharam com esse itinerário (formação dos

¹⁶ Crítico-dialético: “(...) e o ‘crítico-dialético’, que valoriza a ação como fonte de explicação e estabelece como condições de leitura dos fenômenos o entendimento de que estes são construídos historicamente por meio de inter- relações das partes com o todo. (...)” (Contextualidade e reflexividade/ Transversalidade e interdisciplinaridade/ Criticidade e ideação) (Sampaio, 2022)

¹⁷ A Liberdade de Cátedra é um princípio amparado em diferentes legislações, a principal é a Constituição Federal, Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios :(...); II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; (...)”

¹⁸ Agradecemos a 35ª Coordenadoria Regional de Educação.

professores/área)?

3. Qual era o enfoque do conteúdo (história, sociologia, geografia, filosofia ou interdisciplinar)?
4. Haviam ou existem materiais pedagógicos (Livros Didáticos, sites)? Como os professores preparavam seus conteúdos?
5. Qual a avaliação dos professores que ministraram essa “disciplina”?
6. Itinerário *Mundos do Trabalho* vai continuar sendo ofertado na nova matriz curricular (2026)?

Das 9 escolas estaduais do município, somente 4 (44 %) responderam nosso questionário¹⁹. Para a análise dos resultados e para não expor as escolas e o nome dos professores, chamaremos de Escola A, Escola B e Escola C e Escola D; Não iremos considerar as respostas das perguntas 01 e 06 pois elas refletiam o momento inicial da pesquisa (final de outubro de 2025) e demonstram que naquele momento ainda não havia sido feita uma boa revisão bibliográfica.

Portanto, ao começar pela questão 4 - Formação dos Professores, enfoque/metodologia (disciplinar ou interdisciplinar, metodologias ativas), conteúdos e recursos didáticos e pedagógicos, avaliação dos professores. Obteve-se as seguintes relações:

QUADRO 04 – O PERFIL DOS PROFESSORES DO I.F. MUNDO DO TRABALHO EM SÃO BORJA.

Escolas	Professor da área das Ciências Humanas	Professor de outras áreas	Área não especificada
A	-	-	SIM
B	-	SIM	-
C	SIM	-	-
D	-	SIM	-

Fonte: Elaboração Própria (2025).

Embora a orientação dos documentos oficiais seja no sentido que o professor do *I. F Mundo do Trabalho* seja da Área da Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia), existem fortes evidências de que nas escolas de São Borja, havia professores de outras áreas ministrando este componente (a Lei permite isso).

Sobre a abordagem e metodologias, todas as escolas responderam ter trabalhado de forma interdisciplinar, em uma delas com destaque para História e Sociologia. Com o questionário não foi

¹⁹ Entendemos que um questionário de pesquisa chegando nas escolas no final do ano letivo pode não ter sido a melhor metodologia para a coleta de informações.

possível verificar o item metodologia.

A seguir, faremos uma análise sobre a *recontextualização*, que é o problema da presente pesquisa. Para resgatar o conceito: Com a “Descontextualização” ocorre a Seleção, incorporação parcial, *descontextualização*, Atribuição de sentido adicional na prática (Silveira, 2024). Vamos observar se isso aconteceu na implementação do I.F. *Mundo do Trabalho* nas escolas de São Borja.

QUADRO 05 – CONTEÚDO E RECURSOS DIDÁTICOS TRABALHADOS NO I. F. MUNDO DO TRABALHO, EM SÃO BORJA.

Escolas	Seleção	Incorporação parcial	Descontextualização	Atribuição de sentido adicional
A	Sim	Sim	Sim	Sim
B	Sim	Sim	Sim	Sim
C	Parcial	Sim	Sim	Não
D	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaboração Própria (2025).

As escolas tiveram que selecionar o conteúdo da lista sugerida pela SEDUC, se foram trabalhados os conteúdos crítico-dialéticos e a atribuição de outros sentidos, ocorreu uma *descontextualização* e a incorporação parcial da Reforma do Ensino Médio. Quer dizer, do quadro acima concluímos que houve uma *recontextualização* da implementação do Itinerário Formativo Obrigatório *Mundo do Trabalho* nas escolas estaduais de Ensino Médio de São Borja, com a implementação da legislação e seguindo as orientações/sugestões da mantenedora, juntamente com o exercício da *liberdade de cátedra*. Os professores que responderam ao questionário disseram, em sua maioria, que seguiram a Ementa, os Objetivos e os conteúdos sugeridos (selecionados) pelo Governo. A maioria respondeu que não tiveram materiais pedagógicos de suporte (tiveram que pesquisar para produzir o conteúdo de suas aulas), embora alguns respondessem que participaram das formações, assistiram vídeos e dois professores relataram que encontraram material didático (Caderno Mundo do Trabalho, EJA - 2015, Governo Federal). Os professores avaliaram que tiveram um bom desempenho no trabalho com o Itinerário. Formativo, tiveram dificuldades por falta de material e de recursos, mas estavam comprometidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, tornou-se possível conhecer como se deu a implementação da Reforma do Ensino Médio e do Ensino Médio Gaúcho nas escolas estaduais em São Borja, considerando que aconteceu num contexto de desregulamentação das legislações trabalhistas, da reforma previdenciária, de precarização das relações de trabalho. A proposta inicial da Reforma, em 2017, trazia um esvaziamento das disciplinas de formação geral Básica, de caráter humanístico e a introdução de uma carga horária de outros componentes não disciplinares com a intenção de formação de mão-de-obra barata e precoce para o mercado de trabalho. Aliado a isso, a reforma permitiu que trabalhadores sem formação pedagógica e com o “Notório Saber” possam trabalhar certos componentes nas escolas, desqualificando assim o trabalho docente. Em 2024 ocorreu uma reforma da reforma, retornando carga horária para a formação geral básica e humanística aliada à formação técnica (Formação integral), mas alguns problemas persistem.

No Rio Grande do Sul a Reforma do Ensino Médio recebeu o nome de Novo Ensino Médio Gaúcho, sendo o único estado que adotou um Itinerário Formativo denominado Mundo do Trabalho. A concepção do componente, verificado em sua Ementa, tem uma conotação liberal e mercadológica do Mundo do Trabalho, mas ao observarmos os conteúdos sugeridos e as habilidades e competências para serem desenvolvidas, percebemos que são conteúdos e habilidades que permitem uma compreensão crítica e científica das relações de produção e de trabalho, dentro de um escopo liberal, à luz das Ciências Humanas e Sociais (não conseguimos analisar os conteúdos dos materiais didáticos oferecidos pela mantenedora). O Itinerário Formativo está presente nas escolas com a Matriz Curricular de Transição, ou seja, algumas escolas continuam e outras não oferecem mais esse componente.

Em São Borja a implementação do Novo Ensino Médio Gaúcho teve início com as Escolas-piloto e aos poucos todas as escolas estão adotando as novas matrizes curriculares, estando algumas escolas em transição e outras com a implementação do Tempo Integral e Tempo Integral Profissionalizante. O Itinerário Formativo Obrigatório Mundo do Trabalho foi implementado em algumas escolas e as escolas que estão com o Tempo Integral e Profissionalizante, que já passaram pela Matriz de transição, não ofertam mais esse itinerário. Observamos que em São Borja o Itinerário Formativo Mundo do Trabalho foi ministrado por professores da área das Ciências Humanas, mas professores de outras áreas também o ministraram. Foi realizada uma abordagem interdisciplinar dos conhecimentos. Alguns professores tiveram acesso a suporte e material pedagógico (embora de outro

contexto, EJA - 2015, MEC), outros não. A maioria realizou uma seleção de conteúdos e pesquisou para produzir seu material pedagógico.

Enfim, é possível afirmar que ocorreu uma *recontextualização* na implementação do Itinerário Formativo *Mundo do Trabalho*, que a Lei da Reforma não foi implementada de forma automática e mecânica, de cima para baixo. Por mais que não tenha ocorrido participação no processo da Reforma do Ensino Médio, no momento da aplicação da legislação, no chão da escola, existe uma margem de autonomia sobre o fazer pedagógico. Diferente de uma Transposição Didática de conteúdos previamente determinados, ocorreu uma *recontextualização*, ou seja, uma adaptação e apropriação por parte das escolas e professores, dentro da liberdade de cátedra e pedagógica. Essa é a diferença entre o que é planejado e o que é executado, do currículo normativo para o currículo real ou interativo. Esta pesquisa, de caráter exploratório e qualitativo, nos deixou com mais perguntas e questionamentos. Isso é importante para seguirmos aprofundando os estudos sobre o Novo Ensino Médio Gaúcho e outras políticas públicas na área da Educação. Seria possível afirmar que a reforma do Ensino Médio está na fase de implementação e monitoramento, com a *recontextualização* na implementação do Itinerário Formativo sendo uma forma de “governança compartilhada”?

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BERNSTEIN, B. A. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis: Vozes, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 5 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno Mundo do Trabalho: Educação de Jovens e Adultos (EJA).** Brasília, DF: MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018.** Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM). Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ETZIONI, Amitai. Mixed-Scanning: A “Third” Approach to Decision-Making. **Public Administration Review**, Hoboken, NJ, v. 27, n. 5, p. 385-392, 1967.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço.** Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** 7. ed. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

HISSA, Débora Liberato Arruda; BRASIL, Jaciara de Barros. Novo Ensino Médio e os Itinerários Formativos: possibilidades para os multiletramentos? **Travessias Interativas**, São Cristóvão, v. 13, n. 28, p. 7-26, jan./abr. 2023.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

LACERDA, Lisandra T.; CAETANO, Maria. A reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul e o processo de desdemocratização da educação: a voz dos professores. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, e17504, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/17504>. Acesso em: 11 jan. 2026.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MARTINS, Tânia Barbosa; DIAS, Vagno Emygdio Machado. Os itinerários formativos no Ensino

Médio: estratégias de formação para o precário mundo do trabalho. *In*: BRANDÃO, Carlos da Fonseca *et al.* (org.). **Educação comparada e política educacional**: estudos e reflexões. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p. 171-198.

RHODES, R. A. W. **Understanding governance**: policy networks, governance, reflexivity and accountability. Buckingham: Open University Press, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. **Caderno dos componentes obrigatórios (4)**: itinerários formativos - componentes obrigatórios (CCO:IF-CO). Porto Alegre: SEDUC/RS, [s.d.]. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1VnW06xKa-SSU4ZWM0CrfxSfKEq3R3xky>. Acesso em: 11 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. **Itinerários formativos - Ensino Médio (IF-EM)**. Porto Alegre: SEDUC/RS, [2022].

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. **Matriz Curricular de Transição**: Novo Ensino Médio Gaúcho. Porto Alegre: SEDUC/RS, 2021. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. **Referencial curricular gaúcho (RCG)**. Porto Alegre: SEDUC/RS, 2018. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/gestao-pedagogica>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SAMPAIO, T. S.; MENEZES, A. M. F. Uma perspectiva epistemológica crítico-dialética da Gestão do Conhecimento Científico: contribuições da praxiologia Bourdieusiana. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 11, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/atoz.v11i0.83420>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SARAIVA, Mateus; CHAGAS, Ângela; LUCE, Maria Beatriz. **O Novo Ensino Médio na rede estadual do RS**: balanço de perdas e danos. Porto Alegre: UFRGS, 26 jun. 2023. Nota Técnica. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SILVA, Monica Ribeiro da; KRAWCZYK, N. R.; CALCADA, G. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, e267191, p. 1-18, 2023.

SILVEIRA, Éder da Silva. Processo de recontextualização do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, e267191, 2024.